

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA ADMINISTRATIVA

NÍVEL SUPERIOR – TIPO 3 – AMARELA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas.
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

Em todas as frases abaixo, para evitar-se repetição, houve substituição do termo em destaque.

Assinale a frase em que o processo utilizado na substituição está adequadamente identificado.

- (A) A polícia declarou que cercou os criminosos, mas alguns dos bandidos conseguiram escapar / hiperônimo.
- (B) Em fiz o discurso em uma hora, mas levei tempo para melhorá-lo / qualificação.
- (C) A guerra na Ucrânia está demorando a acabar, pois o conflito mostra, a cada dia, novas etapas / símbolo.
- (D) O PTB vai mostrar sua força nas próximas eleições, pois o partido já fez numerosos acordos / abreviação.
- (E) Esqueci o celular no aeroporto e, a essas alturas, o aparelho já está voando para outro país / caracterização.

2

Observe o parágrafo a seguir:

“A imprensa brasileira está sendo criticada por todos os partidos políticos em função de seu partidarismo, de suas coberturas deficientes e de sua má redação dos textos”.

Indique a opção em que seu desenvolvimento foi adequadamente identificado.

- (A) pergunta e resposta.
- (B) paralelo e contraste.
- (C) enumeração de detalhes.
- (D) exemplificação e ilustração.
- (E) apresentação de razões.

3

Abaixo estão cinco silogismos. Assinale a opção que mostra uma estruturação válida.

- (A) Todos os brasileiros gostam de Copacabana / Pedro é brasileiro / Pedro gosta de Copacabana.
- (B) Todos os brasileiros gostam de Copacabana / Pedro não gosta de Copacabana / Pedro não é brasileiro.
- (C) Se você é brasileiro, gosta de Copacabana / Você é brasileiro / Você gosta de Copacabana.
- (D) Ou você não é brasileiro ou você gosta de Copacabana / Você não é brasileiro / Você gosta de Copacabana.
- (E) Ou você não é brasileiro ou você gosta de Copacabana / Você é brasileiro / Você não gosta de Copacabana.

4

Observe o seguinte raciocínio: A gramática portuguesa é de difícil aprendizagem, por isso acho conveniente a contratação de novos professores.

Nesse caso, a premissa inicial do raciocínio corresponde a

- (A) um fato comprovado.
- (B) uma opinião do enunciador.
- (C) um testemunho de autoridade.
- (D) uma dúvida sobre um fato.
- (E) uma certeza comprovada.

5

Assinale a opção que mostra uma premissa antes de uma conclusão.

- (A) A passadeira não deve ter vindo / Minhas camisas estão amarrotadas.
- (B) É possível que o Vasco seja promovido para a série A / O Vasco tem ganho vários jogos.
- (C) O governo deve lançar novo plano contra a inflação / A inflação é uma das preocupações do governo.
- (D) As ruas amanheceram inundadas / Choveu durante a noite.
- (E) Pedro é mau professor / Muitos alunos de Pedro pediram transferência de turma.

6

Observe o seguinte texto: “‘Há muita gente atrapalhando a vida do governador, inclusive o próprio governador’, costuma dizer um deputado muito conhecido. Trata-se de um comentário muito comum na Assembleia Legislativa”.

A introdução utilizada nesse texto pode ser identificada como

- (A) uma alusão histórica.
- (B) uma interrogação.
- (C) uma citação.
- (D) uma definição.
- (E) uma divisão de temas.

7

Para que um texto progrida de forma organizada, é preciso que a informação nele contida seja apresentada de forma conveniente. Veja, por exemplo, o texto a seguir:

“A Corte Suprema dos Estados Unidos, cuja composição 1983-1984 terminou há pouco, parece ter mostrado uma direção mais conservadora que a anterior, notadamente no que concerne aos direitos dos indivíduos diante do Estado. Ela decretou que os prisioneiros não tinham nenhum direito sobre sua vida privada e que os juízes, e não os jurados, devem decidir sobre a pena de morte. Ela também apoiou a posição do governo de Ronald Reagan em vários casos que envolviam liberdades civis ou de discriminação”.

A organização da informação nesse texto pode ser identificada do seguinte modo:

- (A) cada frase parte de um mesmo elemento, dado como conhecido desde o primeiro momento, a que se acrescentam novas informações.
- (B) cada frase parte do tema explorado na frase precedente, tornando-se ela mesma um novo tema, completado por uma nova informação.
- (C) o tema da primeira frase é decomposto em múltiplos elementos, tomados como temas sucessivos das frases seguintes.
- (D) dois temas são apresentados em sequência e analisados de forma paralela, com informações contrastantes.
- (E) dois temas são apresentados inicialmente e informações comuns aos dois são dadas progressivamente.

8

De cada uma das pequenas notícias abaixo, foi feita uma inferência, ou seja, algo que pode ser deduzido do que se leu.

Assinale a opção em que a inferência é adequada.

- (A) Mulheres já podem entrar para a Polícia / o número de mulheres na população está aumentando.
- (B) A soja brasileira é muito bem aceita no mercado internacional / o agronegócio está prosperando.
- (C) O Sampaio Correia vai comprar um craque internacional / O Sampaio Correia vai demitir outros jogadores.
- (D) Haverá uma feira internacional de tecnologia em São Luís / O trânsito na capital vai ficar menos congestionado.
- (E) Calor no Rio chega a 42° / Muitos turistas vão deixar de vir ao Rio.

9

Em todas as opções abaixo mostram-se duas frases independentes, com termos repetidos; para evitar a repetição, elas foram unidas por meio de um pronome relativo.

Assinale a frase em que essa modificação foi feita de forma adequada.

- (A) Li o novo livro de Eduardo Gianetti / Comprei o novo livro de Eduardo Gianetti na nova livraria do bairro --- Li o novo livro de Eduardo Gianetti, cujo foi comprado na nova livraria do bairro.
- (B) Estudei durante dois anos em Madrid / Em Madrid aprendi bastante --- Estudei durante dois anos em Madrid, aonde aprendi bastante.
- (C) Comprei um carro novo na agência Oxford / O preço do carro foi baixo --- Comprei, na agência Oxford, um carro novo cujo preço foi baixo.
- (D) Gostei muito da salada / Os legumes da salada são frescos --- Gostei muito de salada onde os legumes são frescos.
- (E) Encontrei Maria e João / Maria é minha amiga --- Encontrei Maria e João, que é minha amiga.

10

Numa reunião de departamento, um professor mostrou os péssimos resultados de seus alunos no primeiro semestre para demonstrar a falência do ensino universitário.

Essa argumentação do professor mostra um problema, que é

- (A) um círculo vicioso, pois a primeira e a segunda parte do raciocínio mostram o mesmo significado.
- (B) uma falsa relação de causa e efeito, pois a primeira parte indica uma causa não verdadeira para a conclusão.
- (C) um estereótipo, pois hoje se consideram os alunos universitários como símbolos da incompetência.
- (D) uma falsa analogia, já que os elementos comparados são diferentes em um ponto essencial.
- (E) uma generalização excessiva, pois fez uma dedução para um todo (o ensino universitário), que pode ser injusta.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Horácio tem 5 filhos. Cada um desses 5 filhos, também tem 5 filhos ou não tem filho algum. Horácio não tem bisnetos.

Ao todo, somando filhos e netos, Horácio tem 20 descendentes.

O número de descendentes de Horácio que não têm filhos é igual a

- (A) 3.
- (B) 6.
- (C) 9.
- (D) 15.
- (E) 17.

12

Em uma caixa há 18 bolas. A bola mais leve pesa 20 gramas e a mais pesada, 24 gramas. O peso de cada bola é um número inteiro de gramas.

É correto concluir que:

- (A) pelo menos uma bola pesa 22 gramas.
- (B) nenhuma bola pesa 22 gramas.
- (C) a média dos pesos de todas as bolas é 22 gramas.
- (D) pelo menos 4 bolas têm o mesmo peso.
- (E) a soma dos pesos de todas as bolas é maior do que 396 gramas.

13

Cinco pessoas formam uma fila. Essa fila será modificada com a seguinte sequência de trocas de posição: o 2º com o 4º, o 1º com o 3º, o 2º com o 5º e o 1º com o 4º.

A pessoa que estava no 3º lugar na fila inicial estará, na fila final, no

- (A) 1º lugar.
- (B) 2º lugar.
- (C) 3º lugar.
- (D) 4º lugar.
- (E) 5º lugar.

14

Certo supermercado anunciou a promoção que se vê na foto a seguir:



Esse desconto foi de, aproximadamente,

- (A) 15%.
- (B) 1,5%.
- (C) 0,15%.
- (D) 0,015%.
- (E) 0,0015%.

15

Considere verdadeira a afirmação:

“Todos os corredores são magros”.

Observe, a seguir, três conclusões da afirmação dada:

1. Se João é magro então é corredor.
2. Se João não é corredor, então não é magro.
3. Se João não é magro então não é corredor.

Denotando por V uma conclusão verdadeira e por F uma conclusão falsa, para as três conclusões dadas, temos, respectivamente,

- (A) V, V, V.
- (B) F, V, V.
- (C) F, F, V.
- (D) V, V, F.
- (E) V, F, F.

16

Um terreno de 1280 m² foi dividido em 3 partes, proporcionais aos números: 2, 5/2 e 7/2.

A área da maior parte, em m², é

- (A) 400.
- (B) 440.
- (C) 480.
- (D) 520.
- (E) 560.

17

Alberto deverá fazer um tratamento contínuo de fisioterapia durante longo tempo. Para isso, deverá fixar 2 dias na semana (de 7 dias) para realizar as atividades do tratamento, mas esses dias não podem ser seguidos.

O número de maneiras diferentes em que esses 2 dias podem ser fixados é igual a

- (A) 12.
- (B) 14.
- (C) 15.
- (D) 18.
- (E) 20.

18

Em um grupo de P pessoas, 54% são mulheres e as demais pessoas são homens. Trinta mulheres deixam o grupo e trinta novos homens passam a fazer parte do mesmo. Nesse novo grupo, os homens representam 61%.

O valor de P é

- (A) 200.
- (B) 220.
- (C) 240.
- (D) 250.
- (E) 260.

19

Michael coleciona moedas brasileiras, americanas e francesas. Para cada 3 moedas americanas Michael tem 7 moedas brasileiras e para cada 5 moedas brasileiras, ele tem 2 francesas.

Com relação às moedas de Michael, a razão entre a quantidade de moedas brasileiras e a quantidade de moedas não brasileiras é igual a

- (A) $\frac{7}{5}$.
- (B) $\frac{12}{7}$.
- (C) $\frac{25}{19}$.
- (D) $\frac{30}{23}$.
- (E) $\frac{35}{29}$.

20

No Brasil, o Dia das Mães é comemorado no segundo domingo de maio. Em um determinado ano bissexto, o dia 1º de janeiro ocorreu em uma terça-feira.

Lembrando que, em ano bissexto, fevereiro tem 29 dias, concluímos que, nesse ano, o Dia das Mães foi comemorado no dia

- (A) 9 de maio.
- (B) 10 de maio.
- (C) 11 de maio.
- (D) 12 de maio.
- (E) 13 de maio.

Atualidades

21



“Um novo mural do controverso e misterioso artista britânico Banksy apareceu na cidade de Dover, na Inglaterra. Na gravura, é possível ver um operário que retira uma das estrelas que compõe a bandeira da União Europeia.”

(Revista Galileu, maio de 2017)

O mural mostra um operário a martelar e destruir uma estrela da bandeira da União Europeia. Ele trata, de modo crítico,

- (A) da possibilidade de os países membros da União Europeia caírem, um a um, nas mãos do Estado Islâmico.
- (B) da iminência da guerra Rússia – Ucrânia, ocasionada pelo desejo da Ucrânia ingressar na União Europeia.
- (C) da ameaça da Hungria, sob um governo nacionalista, sair da União Europeia.
- (D) do “Brexit”, a saída do Reino Unido do bloco econômico europeu.
- (E) do temor de que a França saísse da União Europeia devido ao protagonismo da Alemanha de Angela Merkel nas decisões econômicas do bloco.

22



Christo e Jeanne-Claude foi um casal de artistas plásticos que se notabilizou por um trabalho muito próximo à arquitetura e com forte componente social, que aparecia na execução de seus projetos, que sempre envolviam a comunidade onde as obras eram instaladas.

Alguns aspectos presentes em sua obra, evidenciados nas fotos, são apresentados nas opções a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A escala de suas obras.
- (B) A intervenção em ambientes naturais.
- (C) A repetição de elementos.
- (D) O caráter arquitetônico de sua linguagem.
- (E) O fazer performático.

23

O ESG surgiu no mercado financeiro como uma forma de medir o impacto que as ações de sustentabilidade geram nos resultados das empresas. A sigla surgiu a primeira vez em 2004, dentro de um grupo de trabalho do Principles for Responsible Investment (PRI), rede ligada à ONU que tem como objetivo atrair investimentos sustentáveis.

James Gifford, economista que liderava o PRI, resumiu assim o significado de ESG:

“O ESG é apenas um subgrupo inserido no contexto maior do investimento sustentável. O termo foi criado, especificamente, para focar em questões materiais. A ideia foi inverter a lógica do que, na época, era chamado de investimento ético, para se concentrar em fatores relevantes para os investidores. Se você tem uma responsabilidade fiduciária, como no caso de um fundo de pensão, não deveria estar pensando num horizonte de nove meses, mas sim de nove anos, ou de 20 anos. E quando se considera esse horizonte, temas como mudanças climáticas, riscos sociopolíticos etc., se tornam relevantes. Algumas pessoas usam o termo de maneira mais ampla, mas o ponto central é a incorporação de fatores socioambientais nos investimentos para gerenciar riscos. Não é mais sobre ética.”

(<https://exame.com/esg/>)

A sigla em inglês ESG significa

- (A) meio ambiente, social e governança.
- (B) economia, social e gestão.
- (C) energia, sustentabilidade e gestão.
- (D) ética, natureza e economia.
- (E) eficiência, sustentação e ação global.

24

Leia o fragmento a seguir.

“Viver é muito perigoso... Porque aprender a viver é que é o viver mesmo... Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e abaixa... O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, dificultoso mesmo, é um saber definido ...”

O fragmento mostra a linguagem característica de

- (A) João Guimarães Rosa.
- (B) Manoel Bandeira.
- (C) Carlos Drummond de Andrade.
- (D) Jorge Amado.
- (E) Euclides da Cunha.

25

Anjos Tronchos

(Caetano Veloso)

Uns anjos tronchos do Vale do Silício
 Desses que vivem no escuro em plena luz
 Disseram: Vai ser virtuoso no vício
 Das telas dos azuis mais do que azuis
 Agora a minha história é um denso algoritmo
 Que vende venda a vendedores reais
 Neurônios meus ganharam novo outro ritmo
 E mais, e mais, e mais, e mais, e mais
 Primavera árabe
 E logo o horror
 Querer que o mundo acabe-se
 Sombras do amor
 Palhaços líderes brotaram macabros
 No império e nos seus vastos quintais
 Ao que revêm impérios já milenares
 Munidos de controles totais
 Anjos já mi, ou bi, ou trilionários
 Comandam só seus mi, bi, trilhões
 E nós, quando não somos otários
 Ouvimos Schoenberg, Webern, Cage, canções
 Ah, morena bela
 Estás aqui
 Sem pele, tela a tela
 Estamos aí
 Um post vil poderá matar
 Que é que pode ser salvação?
 Que nuvem, se nem espaço há?
 Nem tempo, nem sim, nem não
 Sim, nem não
 Mas há poemas como jamais
 Ou como algum poeta sonhou
 Nos tempos em que havia tempos atrás
 E eu vou, por que não? Eu vou, por que não? Eu vou
 Uns anjos tronchos do Vale do Silício
 Tocaram fundo o minimíssimo grão
 E enquanto nós nos perguntamos do início
 Miss Eilish faz tudo do quarto com o irmão.

As afirmativas a seguir, acerca de referências que a letra da música faz, estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) “Vale do Silício”, na Califórnia, EUA, é uma das maiores aglomerações de empresas com domínio de tecnologia de ponta do mundo.
- (B) “Primavera Árabe” é uma expressão criada para designar a onda de protestos que marcou os países árabes a partir do final do ano de 2010.
- (C) “Schoenberg, Webern, Cage” foram compositores eruditos com obra marcante no século XIX.
- (D) “E eu vou, por que não? Eu vou, por que não? Eu vou” cita versos do próprio Caetano em *Alegria, Alegria*.
- (E) “Miss Eilish” refere-se a Billie Eilish, jovem compositora e cantora, já ganhadora de Oscar e outros prêmios importantes, que compôs seu álbum de estreia no quarto do irmão, Finneas.

26



A Academia Real das Ciências da Suécia anunciou que Alain Aspect (Universidade de Paris-Saclay e Escola Politécnica, França), John F. Clauser (J.F. Clauser & Associados, EUA) e Anton Zeilinger (Universidade de Viena, Áustria) foram os laureados do Prêmio Nobel de Física de 2022. O trio recebeu o reconhecimento por experimentos envolvendo emaranhamento quântico, cujos resultados abriram caminho para o desenvolvimento de novas tecnologias na era da informação quântica.

“Tornou-se cada vez mais claro que um novo tipo de tecnologia está surgindo. Podemos ver que o trabalho dos laureados com estados emaranhados é de grande importância, mesmo para além das questões fundamentais sobre a interpretação da mecânica quântica” anunciou o comitê do Nobel.

(Adaptado de <https://jornal.unesp.br/2022/10/04>)

A mecânica quântica é um ramo da física que surgiu por volta de _____ e se dedica a pesquisar o comportamento de partículas em escalas atômicas e subatômicas, como átomos, elétrons e prótons.

A lacuna fica corretamente preenchida por

- (A) 1800.
- (B) 1850.
- (C) 1900.
- (D) 1950.
- (E) 2000.

27



“O escritor e jornalista foi eleito para a vaga deixada por Sérgio Paulo Rouanet na Academia Brasileira de Letras. O autor de 74 anos obteve 32 votos entre 35 imortais que compareceram à cerimônia, que ocorreu a portas fechadas, durante cerca de meia hora.

O presidente da Academia, Merval Pereira, queimou os votos em uma pira, como é tradição. O ato simboliza que há consenso entre os acadêmicos na escolha.

‘Ele é um grande escritor, um biógrafo excepcional, só vai acrescentar à Academia’, disse Pereira. Indagado se o fato de o autor ser um campeão de vendas influenciou na escolha, o presidente refutou e disse que a qualidade do trabalho foi determinante.

O autor é um dos principais biógrafos do Brasil, tendo realizado obras seminais sobre figuras de sua admiração como Carmen Miranda (‘Carmen, uma Biografia’, de 2005), Garrincha (‘Estrela Solitária’, de 1995) e Nelson Rodrigues (‘O Anjo Pornográfico’, de 1992).”

(adaptado de Folha de São Paulo, 07/10/2022)

O texto refere-se a

- (A) Geraldo Carneiro.
- (B) Fernando Morais.
- (C) Ruy Castro.
- (D) Sérgio Rodrigues.
- (E) Itamar Vieira Junior.

28

“É um tipo especial de token criptográfico que representa algo único. Diferentemente das criptomoedas como o Bitcoin e de vários outros tokens utilitários, eles não são mutuamente intercambiáveis.

Um item fungível, como o dinheiro, pode ser trocado por outro. Uma cédula de Real pode ser substituída, desde que de mesmo valor. Já os itens infungíveis são como as obras de arte, objetos raros, exemplares únicos etc.”

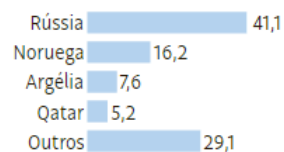
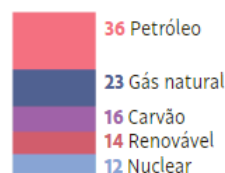
(adaptado, Wikipedia)

Ele representa algo específico e individual e não pode ser substituído. Assim, esses *tokens* vêm sendo muito comercializados no mercado de artes.

O texto fala do uso e comércio de arte na forma conhecida pela sigla

- (A) NFT.
- (B) GLE.
- (C) ESG.
- (D) BDF.
- (E) TTT.

29

Fornecedores de gás à Europa, em %**Gás natural é a segunda matriz mais usada na Europa, em %**

O fornecimento de gás da Rússia a países europeus tornou-se tema central nas consequências da guerra motivada pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Como reação à invasão, a União Europeia e os EUA apoiaram a Ucrânia e estabeleceram duras sanções econômicas à Rússia. Em resposta, a Rússia cortou o fornecimento de gás à Europa.

Em relação ao tema, é correto afirmar que

- o fato de o petróleo ser a principal matriz energética usada na Europa atenua os eventuais efeitos danosos do corte no fornecimento de gás natural russo à União Europeia.
- uma das principais motivações para a invasão russa é o fato de o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, reivindicar para a Ucrânia a operação do gasoduto Nord Stream II.
- o gasoduto Nord Stream I, que liga a Rússia à Alemanha, mas passa pela Ucrânia, sofreu recente sabotagem por parte dos ucranianos.
- o preço do gás ao consumidor subiu, em países europeus como o Reino Unido, muito acima da média da última década, e o inverno europeu se aproxima, o que fará com que aumente muito seu consumo, devido à necessidade não só de indústrias terem energia, mas de casas serem aquecidas.
- Além de cortar o fornecimento de gás pelo Nord Stream I, a Rússia também interrompeu o fornecimento pelos gasodutos Irmandade e União, que saem da Rússia, passam pela Ucrânia e chegam à Hungria, de onde seguem, ainda, para a França e a Itália.

30

As mudanças climáticas representam um desafio sem precedente para a política ambiental global, colocando em xeque a capacidade de articulação dos Estados, ao mesmo tempo em que evidencia desigualdades globais. O enfrentamento eficaz do problema deve ter em mente um acordo que combine responsabilidades e vulnerabilidades diferenciadas.

Sobre a lógica inaugurada no Acordo de Paris, analise as afirmativas a seguir.

- Centra-se nas contribuições nacionais, em que cada Estado determina, internamente, sua contribuição para a redução da emissão de gases de efeito estufa.
- Serve de base para uma ação global mais forte em relação às mudanças climáticas, impondo as mesmas obrigações a todos os países participantes.
- Permite que circunstâncias nacionais sejam levadas em consideração e estabelece uma estrutura duradoura para uma cooperação de longo prazo.

Está correto o que se afirma em

- I, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.
- I, II e III.

Legislação

31

Ana, servidora pública federal, solicitou o seu afastamento para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* no País.

À luz da disciplina estabelecida no regime jurídico dos servidores públicos civis da União, a pretensão de Ana, preenchidos outros requisitos eventualmente exigidos,

- pode ser acolhida, mas apenas se Ana for ocupante de cargo de provimento efetivo.
- pode ser acolhida, caso Ana jamais tenha se afastado por licença para tratar de assuntos particulares.
- não pode ser acolhida, pois a legislação de regência somente permite o afastamento para participar de programa de pós-graduação *lato sensu*.
- pode ser acolhida, caso Ana seja titular de cargo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 5 (cinco) anos, incluído o período de estágio probatório.
- pode ser acolhida, desde que Ana se comprometa a permanecer no exercício de suas funções, após o retorno, por período correspondente ao dobro do afastamento concedido.

32

Inês, servidora pública federal investida em cargo de direção, foi afastada de suas funções, vindo a ser substituída por Bruna, conforme dispunha o regimento interno da estrutura orgânica em que atuava.

Considerando a sistemática estabelecida no regime jurídico dos servidores públicos civis da União, Bruna

- fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção, desde o primeiro dia de substituição a Inês, independentemente do período de afastamento.
- somente fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção caso o afastamento de Inês perdure mais de trinta dias consecutivos.
- somente fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção quando deixar de ser interina e for investida no referido cargo.
- somente fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção caso o afastamento de Inês perdure mais de quinze dias úteis.
- não fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção, pois Inês foi tão somente afastada, não exonerada.

33

João, Diretor de Licitações no âmbito da Administração Pública direta do Município Alfa, foi consultado por Maria sobre o documento necessário, previsto na Lei nº 14.133/2021, para a contratação de bens e serviços, isto com o objetivo de estabelecer os contornos básicos do objeto a ser contratado.

João respondeu corretamente que

- o projeto básico é o documento necessário à contratação de bens.
- o anteprojeto é o documento necessário à contratação de bens e serviços.
- o termo de referência é o documento necessário à referida contratação.
- o projeto executivo é o documento necessário à contratação de bens e serviços.
- a matriz de objeto e riscos é o documento necessário à contratação de serviços.

34

A sociedade empresária Alfa recebeu dados cadastrais de um consumidor. Ato contínuo, decidiu que esses atos seriam avaliados, para determinados fins da atividade empresarial, por João, pessoa natural.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei nº 13.709/2018, é correto afirmar que Alfa deve ser considerada

- (A) controladora, enquanto João é o operador, que realiza uma atividade de tratamento.
- (B) operadora, enquanto João é o controlador, que realiza uma atividade de tratamento.
- (C) repassadora, enquanto João é o controlador da avaliação, que realiza uma atividade de tratamento.
- (D) operadora, enquanto João é o controlador, sendo que ambos realizaram uma atividade de tratamento.
- (E) receptora, enquanto João é o destinatário, sendo que não há atividade de tratamento por nenhum dos dois.

35

Pedro, pessoa com deficiência, após concluir a educação básica, almejava ingressar em uma instituição de ensino superior (IES). Ao se inteirar dos seus direitos, visando à participação no processo seletivo, foi-lhe informado que a Lei nº 13.146/2015 lhe assegurava:

- (1) disponibilização de provas em formatos acessíveis, para atendimento às suas necessidades especiais;
- (2) disponibilização, de ofício, pela IES, de recursos de acessibilidade, permitindo que ele possa escolher, entre essas opções, aquela que mais se aproxima da satisfação de suas necessidades;
- (3) dilação de tempo, em 20%, no exame de seleção, a ser oferecida a todas as pessoas com deficiência, incluindo Pedro; e
- (4) adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação, que considerem a singularidade linguística de Pedro no domínio da escrita da língua portuguesa.

À luz das informações fornecidas a Pedro, é correto afirmar que

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas as informações 1 e 4 estão corretas.
- (C) apenas as informações 2 e 3 estão corretas.
- (D) apenas as informações 1, 3 e 4 estão corretas.
- (E) apenas as informações 2, 3 e 4 estão corretas.

36

Joana, recém-empossada servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, recebeu a incumbência de verificar, considerando o respectivo objeto, os processos a serem encaminhados à Procuradoria Regional do Trabalho para a emissão de parecer.

Após analisar as normas de regência, Joana concluiu corretamente que deveriam ser obrigatoriamente encaminhados

- (A) quaisquer processos em que a Procuradoria Regional do Trabalho entenda ser necessária a sua atuação.
- (B) os processos administrativos afetos à responsabilidade funcional dos servidores do Tribunal.
- (C) os processos administrativos em tramitação no Tribunal, qualquer que seja a matéria.
- (D) os processos oriundos de ações de competência originária da qual o órgão foi autor.
- (E) os conflitos de competência, exceto quando suscitados pelo órgão.

37

Ana, servidora de certo Tribunal de Justiça, foi incumbida da elaboração da minuta do Plano de Logística Sustentável (PLS), disciplinado pela Resolução CNJ nº 400/2021. Ao inteirar-se das normas a serem observadas para o cumprimento da tarefa recebida, Ana concluiu que o PLS deve:

- 1. ser composto por um indicador de desempenho mínimo unitário, obtido a partir da diferença entre receita e despesa nos três últimos exercícios financeiros;
- 2. ser instituído por ato do Tribunal Pleno, ou órgão especial, onde houver; e
- 3. contar com uma pluralidade de planos de ações.

À luz da sistemática estabelecida pela Resolução CNJ nº 400/2021, deve ser reconhecido, em relação às conclusões de Ana, que

- (A) todas estão corretas.
- (B) todas estão incorretas.
- (C) apenas a conclusão 3 está correta.
- (D) apenas a conclusão 2 está correta.
- (E) apenas as conclusões 1 e 2 estão corretas.

38

O Presidente da autarquia federal XX delegou a órgão hierarquicamente inferior, por tempo indeterminado, a competência para praticar certos atos administrativos de natureza não normativa. Apesar da plena vigência da delegação, esse agente desejava praticar, ele próprio, certo ato administrativo.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que o Presidente da autarquia federal XX

- (A) pode exercer, no momento em que melhor lhe aprouver, independente de qualquer motivação, a competência que fora delegada, desde que comunique ao órgão delegado.
- (B) está impedido de exercer a competência que fora delegada, sem exceções, enquanto perdurar a delegação, pois se trata de uma nova regra de competência, de natureza derivada.
- (C) somente pode exercer a competência que fora delegada após o decurso de trinta dias, contados da notificação administrativa do órgão hierarquicamente inferior.
- (D) pode avocar temporariamente a competência que fora delegada, o que se dará em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados.
- (E) possui competência concorrente com o órgão hierarquicamente inferior para o exercício da competência que fora delegada a este último.

39

Antônio, agente público, foi acusado, por seu superior hierárquico, de ter causado dano ao Erário, o que foi reduzido a termo em representação na qual lhe atribuiu ato de improbidade tipificado na Lei nº 8.429/1992.

À luz da sistemática legal, é correto afirmar que a tipologia da Lei nº 8.429/1992, na qual pode ser enquadrada a mencionada conduta de Antônio, é

- (A) taxativa, admitindo apenas o dolo.
- (B) taxativa, admitindo o dolo e a culpa.
- (C) exemplificativa, admitindo apenas o dolo.
- (D) exemplificativa, admitindo o dolo e a culpa.
- (E) exemplificativa, sendo estruturada com base na responsabilidade objetiva.

40

Pedro, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, respondia a processo administrativo disciplinar sob a imputação de ter desviado recursos públicos. Para sua surpresa, pouco tempo depois, antes da conclusão do processo administrativo, tornou-se réu em um processo criminal, sendo acusado com base nos mesmos fatos.

Considerando a sistemática estabelecida no regime jurídico dos servidores públicos civis da União,

- (A) Pedro não poderia ser responsabilizado em duas instâncias distintas com base nos mesmos fatos.
- (B) Pedro somente poderia ser responsabilizado perante a instância criminal após o trânsito em julgado da decisão proferida na instância administrativa.
- (C) Pedro somente poderia ser responsabilizado perante a instância administrativa após o trânsito em julgado da decisão proferida na instância criminal.
- (D) a responsabilização administrativa e a penal se interpenetram caso seja reconhecida, em uma ou outra, que o fato não existiu ou que Pedro não foi o seu autor.
- (E) a responsabilidade administrativa de Pedro será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, mas a recíproca não é verdadeira em se tratando de absolvição administrativa.

Conhecimentos Específicos

41

A Resolução nº 325/2020, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça, tem como competência dispor sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, considerando, entre outras questões, os princípios da gestão participativa e objetivos de sustentabilidade.

Acerca da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, é correto afirmar que ela terá, conforme previsto nessa resolução, um horizonte temporal de

- (A) 8 anos.
- (B) 7 anos.
- (C) 6 anos.
- (D) 5 anos.
- (E) 4 anos.

42

A comissão de ética, prevista no Decreto Federal nº 1171/1994, deve ser, obrigatoriamente, criada em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo Poder Público, competindo a essa comissão a orientação sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

A comissão de ética, tem capacidade punitiva de aplicar pena de

- (A) demissão a servidores.
- (B) declaração de inidoneidade.
- (C) suspensão.
- (D) advertência.
- (E) censura a servidores.

43

Embora os processos que se relacionem diretamente com a experiência dos clientes da organização sejam classificados como primários, existem também os processos de gerenciamento, que são de grande importância por permitirem

- (A) determinar o nível de interação com outras organizações, por meio de comunicação institucional.
- (B) monitorar e avaliar as atividades organizacionais, visando garantir o cumprimento de seus objetivos e metas de desempenho.
- (C) promover uma atuação de forma interdepartamental, agregando valor essencialmente a outros processos da cadeia de valor.
- (D) gerenciar recursos de infraestrutura, servindo de base para a adequada execução dos processos primários.
- (E) agregar valor imediato aos consumidores, utilizando a entrega de produtos e serviços como missão básica.

44

Conforme sintetizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seu referencial básico da governança, a governança pública compreende mecanismos postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas de interesse da sociedade.

Nesse contexto, evidencia-se como um dos objetivos da governança tratar adequadamente, no âmbito da Administração Pública, do problema conhecido como conflito principal-agente, que se relaciona com

- (A) o risco de os representantes eleitos pelo sociedade agirem de acordo com interesses próprios e contrários aos do povo, detentor original dos poderes.
- (B) a possibilidade de programas com orientação *bottom-up* inviabilizarem a participação social.
- (C) a limitação de recursos disponibilizados para as políticas públicas de âmbito municipal, especialmente por causa da escassez arrecadatária.
- (D) a capacidade de a assimetria de informações ser aumentada em decorrência do excesso de transparência das instituições públicas.
- (E) o óbice à negociação independente, por intermediários afetados por externalidades, por medo ou excesso de custos de transação.

45

As estórias, mitos e rituais conhecidos como artefatos são importantes elementos para o desenvolvimento das relações sociais em um ambiente organizacional.

Assinale a opção que trata corretamente do conceito de artefato.

- (A) Representa um nível oculto do clima da organização, sendo percebido essencialmente pelos pares organizacionais.
- (B) Representa um aspecto inquestionável nos pressupostos comportamentais de uma organização, sendo considerado um elemento de difícil modificação.
- (C) Representa um conjunto de crenças subjetivas do grupo, sendo pertencente a uma camada intermediária da cultura da organização.
- (D) Representa um aspecto simbólico do comportamento individual de cada integrante da organização, sendo, embora quase invisível, presente tanto nas percepções de clima quanto da cultura do ambiente organizacional.
- (E) Representa a camada mais superficial da cultura organizacional de uma organização, sendo facilmente observável.

46

Após perceber a desmotivação dos servidores de um órgão público, o gestor responsável pelos recursos humanos resolve buscar um método para melhorar essa situação, recorrendo a teorias motivacionais que visam a explicar o que motiva os indivíduos. Após analisar as opções, o gestor opta por utilizar determinada teoria que visa a focar em metas desafiadoras para aumentar a motivação e propõe melhorias nas condições físicas do ambiente de trabalho, tendo como foco a redução da insatisfação.

Com base na situação apresentada, é correto afirmar que foi utilizada a teoria

- (A) da hierarquia das necessidades, focada no processo.
- (B) dos dois fatores, focada no conteúdo.
- (C) X e Y, focada no processo.
- (D) da equidade, focada no conteúdo.
- (E) autoeficácia, focada no processo.

47

A disposição de normas de controle de custo e avaliação de resultados dos programas financiados com recursos do orçamento é uma atribuição, conferida pela LRF, ao instrumento de planejamento conhecido por

- (A) Lei Orçamentária Anual.
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Plano Plurianual.
- (D) Relatório de Gestão Fiscal.
- (E) Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

48

Suponha que determinado governante, após verificar a insuficiência de dotação prevista na lei orçamentária para a contratação de novos servidores, decida pela abertura de créditos adicionais.

O governante deve propor a abertura de crédito suplementar que deve ser autorizado por

- (A) lei, apresentar fonte de recursos e ter vigência restrita ao exercício da autorização.
- (B) lei, apresentar fonte de recursos, e ter vigência até o fim do exercício seguinte da autorização, caso tenha sido autorizada nos últimos 4 meses do ano.
- (C) lei, independentemente de fonte de recursos, e ter vigência até o fim do exercício seguinte da autorização, caso tenha sido autorizada nos últimos 4 meses do ano.
- (D) decreto, apresentar fonte de recursos, e ter vigência restrita ao exercício da autorização.
- (E) decreto, independentemente de fonte de recursos, e ter vigência restrita ao exercício da autorização.

49

Os princípios orçamentários foram desenvolvidos e implementados na legislação brasileira gradualmente, à medida que os legisladores verificavam situações que criavam margem para eventuais impropriedades no processo de elaboração e aprovação do orçamento público.

Considerando o exposto, o princípio implementado visando a combater as caudas orçamentárias, nas quais matérias estranhas eram colocadas nos projetos de lei orçamentária com o objetivo de se aproveitar de seu procedimento especial de aprovação, é o princípio da

- (A) especificação.
- (B) não afetação.
- (C) irretroatividade.
- (D) exclusividade.
- (E) unidade.

50

A criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento de despesa deve respeitar, desde o início da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma série de exigências para sua implementação, tendo em vista a manutenção do equilíbrio das contas públicas.

De acordo com a LRF, caso um prefeito queira criar ação governamental que gere aumento de despesa, é necessário que

- (A) contenha demonstrativo de premissas e metodologias de cálculos utilizados, exceto quando se trate de empenho para execução de obras.
- (B) apresente medidas de compensação de aumento permanente de receitas, exceto em caso de prorrogação de despesa criada por prazo determinado.
- (C) demonstre que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, exceto na situação de uma despesa considerada irrelevante.
- (D) exponha, paralelamente, expansão qualitativa de benefícios de seguridade social, exceto quando destinadas a servidores públicos.
- (E) divulgue relatório declarando que a ação não afetará metas de resultado fiscal, exceto em caso de anistia, remissão ou subsídio.

51

João, estagiário de certo escritório de advocacia, foi incumbido de verificar as competências do Tribunal Superior do Trabalho. Para facilitar a sua pesquisa, foi-lhe corretamente informado que as referidas competências estão mencionadas

- (A) na ordem constitucional e podem ainda ser previstas em lei complementar.
- (B) na ordem constitucional e podem ainda ser previstas em lei ordinária.
- (C) exclusivamente na ordem constitucional.
- (D) exclusivamente em lei complementar.
- (E) exclusivamente em lei ordinária.

52

Determinado Ministro de Estado editou ato de extinção de cargos públicos, vinculados ao respectivo Ministério, que se encontravam vagos. Essa extinção desagradou sobremaneira diversos grupos de servidores, pois a decisão diminuiu o número de servidores públicos em atuação no setor.

Ao consultarem um advogado a respeito da juridicidade dessa extinção, considerando a competência para a prática do ato, foi corretamente informado aos servidores que

- (A) embora a competência seja privativa do Presidente da República, o ato do Ministro de Estado será lícito caso esse agente tenha recebido delegação.
- (B) o Ministro de Estado tem competência para extinguir os cargos públicos vagos vinculados ao respectivo Ministério.
- (C) a competência é privativa do Presidente da República, logo, indelegável, o que torna ilícito o ato do Ministro de Estado.
- (D) o Ministro somente terá competência para a prática do ato caso ela esteja prevista em lei complementar.
- (E) o Ministro terá competência para a prática do ato caso ela esteja prevista em lei ordinária.

53

João, que cumpria pena em presídio militar em razão da prática de crime, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de lhe ser assegurada assistência religiosa no período em que estivesse preso.

O advogado respondeu corretamente que João

- (A) tem assegurada a assistência religiosa, mas isto se dará nos termos da lei.
- (B) somente teria direito à assistência religiosa caso estivesse em um presídio civil.
- (C) não tem direito à assistência religiosa, o que decorre da laicidade do Estado.
- (D) tem direito à assistência religiosa, conforme norma constitucional de eficácia plena.
- (E) terá direito à assistência religiosa conforme o juízo de conveniência e oportunidade do diretor do presídio.

54

João nasceu na França quando seus genitores, ambos brasileiros, ali se encontravam a trabalho em uma conhecida indústria automobilística. Ao completar 18 anos, jamais tendo vindo ao território brasileiro, teve dúvidas em relação a sua nacionalidade, já que não fora registrado em nenhuma repartição brasileira situada na França.

Ao consultar um advogado sobre sua nacionalidade, foi corretamente informado a João que ele

- (A) é brasileiro nato, por ser filho de pais brasileiros.
- (B) pode se naturalizar brasileiro, bastando que venha a residir no território nacional.
- (C) será considerado brasileiro nato caso venha a residir no território brasileiro.
- (D) será considerado brasileiro nato caso venha a residir no território brasileiro e, além disso, opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- (E) é brasileiro nato de condição especial, considerando que nasceu no estrangeiro e não foi registrado em repartição brasileira situada na França.

55

Maria, Prefeita do Município Alfa, em janeiro do segundo ano de seu segundo mandato consecutivo, decidiu que teria muito a contribuir com a coletividade caso fosse eleita Deputada Federal na eleição a ser realizada em outubro daquele ano.

Ao se inteirar sobre a sua situação, à luz das normas constitucionais que regem essa temática, Maria concluiu corretamente que

- (A) está inelegível na referida eleição, considerando que fora eleita, em duas eleições consecutivas, como Chefe do Poder Executivo Municipal.
- (B) somente estará elegível na referida eleição caso renuncie ao mandato de Chefe do Poder Executivo Municipal até seis meses antes do pleito.
- (C) está inelegível na referida eleição, considerando que o ocupante do cargo de Chefe do Poder Executivo não pode se candidatar para o Poder Legislativo.
- (D) está elegível na referida eleição, devendo, caso eleita, renunciar ao cargo de Chefe do Poder Executivo municipal até a véspera da posse como Deputada Federal.
- (E) está elegível na referida eleição, devendo, caso eleita, renunciar ao cargo de Chefe do Poder Executivo municipal até a véspera da diplomação como Deputada Federal.

56

O Município Beta foi criado a partir da fusão do Município Alfa com o Município Delta. Nesse caso, será preciso editar a lei básica de regência desse ente federativo, que é a

- (A) Constituição Municipal, que deve ser aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (B) Constituição Municipal, que deve ser aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- (C) Lei orgânica, que deve ser aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, sem a participação do Prefeito Municipal.
- (D) Lei orgânica, que deve ser aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito Municipal.
- (E) Lei orgânica, que deve ser aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito Municipal.

57

José, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, estava prestes a completar setenta anos de idade e estava preocupado com a possibilidade de ter que se aposentar compulsoriamente do serviço público, o que não era de sua vontade.

Para se inteirar de sua situação, principiou a análise pela Constituição da República, concluindo corretamente que a ordem constitucional

- (A) fixou em setenta e cinco anos a idade para a aposentadoria compulsória, para todos os agentes públicos, de todos os níveis federativos.
- (B) permitiu que lei complementar fixasse livremente o limite para a aposentadoria compulsória, que não poderia exceder os setenta e cinco anos de idade.
- (C) fixou em setenta anos a idade para a aposentadoria compulsória, podendo ser estendida a setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.
- (D) permitiu que cada ente federativo fixasse, observado o limite mínimo de setenta anos e o limite máximo de setenta e cinco anos, a idade para a aposentadoria compulsória.
- (E) fixou em setenta e cinco anos a idade para a aposentadoria compulsória, para todos os agentes públicos, de todos os níveis federativos, mas permitiu a sua redução por lei complementar.

58

Após grande mobilização, um grupo de vinte e cinco Senadores apresentou proposta de emenda constitucional visando à instituição da forma de Estado unitária, com a correlata extinção da federação brasileira, o que era justificado pela necessidade de reduzir o elevado nível das despesas públicas.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que a proposta

- (A) apresenta, como única irregularidade, um vício de iniciativa, não devendo ser objeto de votação no âmbito do Poder Legislativo.
- (B) não apresenta qualquer vício e deve ser aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (C) não apresenta qualquer vício e deve ser aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em quatro turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) apresenta, como única irregularidade, a afronta a um limite material de reforma constitucional, não devendo ser objeto de deliberação no âmbito do Poder Legislativo.
- (E) apresenta vício de iniciativa, não devendo ser objeto de deliberação no âmbito do Poder Legislativo, e ainda afronta um limite material de reforma constitucional.

59

A União celebrou convênio com o Estado Alfa, no qual foi acordado o repasse, pelo ente nacional, de recursos financeiros para a realização de um objetivo de interesse comum, havendo contrapartida do ente subnacional.

Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, a aplicação dos referidos recursos deve ser fiscalizada

- (A) pelo Tribunal de Contas da União, pois os recursos são originários da União.
- (B) pelo Tribunal de Contas do Estado Alfa, considerando a autonomia política do Estado, em cujos cofres ingressaram os recursos.
- (C) por se tratar de convênio entre a União e o Estado Alfa, a fiscalização será realizada apenas pelos órgãos de controle interno, não por órgãos de controle externo.
- (D) na forma acordada no respectivo convênio, considerando a autonomia política dos entes federativos, sendo possível que seja prevista, ou não, a atuação dos Tribunais de Contas.
- (E) pelos órgãos de controle interno e por qualquer do povo, devendo ser provocada a atuação do Tribunal de Contas da União ou do Estado Alfa, caso seja identificada alguma irregularidade, não sendo prevista a atuação de ofício.

60

A população da Comarca Alfa tinha grande apreço e admiração por João, Juiz de Direito titular da Vara Única da localidade. Por tal razão, foi iniciado um grande movimento popular para que João concorresse ao cargo eletivo de Prefeito Municipal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João, considerando o movimento popular,

- (A) somente pode concorrer ao cargo eletivo se for autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (B) deve pedir exoneração do cargo, por lhe ser vedado o exercício de atividade político-partidária.
- (C) está inelegível para o exercício de qualquer função eletiva na Comarca Alfa, mas não em outra Comarca.
- (D) deve se licenciar, com até um ano de antecedência, da data da eleição, para que possa concorrer ao cargo eletivo.
- (E) somente pode concorrer ao cargo eletivo se for autorizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça a que está vinculado.

61

O sindicato dos comerciários de Imperatriz/MA entabulou uma convenção coletiva de trabalho com o sindicato dos empregadores em 2021. Nela há previsão de entrega de uma cesta básica mensal aos empregados que não tiverem faltas justificadas durante o mês. A vigência da convenção está próxima do fim, mas outra não foi negociada e os empregados estão em dúvida sobre como ficará a questão da cesta básica, pois é uma importante vantagem que não querem perder.

Sobre a situação retratada e as normas da CLT, marque a afirmativa correta.

- (A) As normas coletivas podem vigorar por até 1 ano, e caso elas terminem sem que outra seja negociada, a norma anterior continua a gerar efeitos.
- (B) De acordo com a CLT, as normas coletivas não possuem prazo máximo de vigência e as vantagens conquistadas não poderão ser perdidas.
- (C) Uma convenção coletiva pode vigorar por no máximo 1 ano e uma convenção coletiva, por 2 anos, sendo que a ultratividade dessas normas depende de decisão judicial.
- (D) A convenção coletiva pode vigorar por no máximo 2 anos e não possui ultratividade, e a cesta básica não será mais exigível se outra não for negociada.
- (E) A norma coletiva tem prazo mínimo de 6 meses de vigência, e se outra não for negociada, as vantagens anteriores ainda serão exigíveis por 12 meses, quando se perderem definitivamente.

62

Roger trabalhou como vigilante terceirizado para o Município de Balsas/MA, sendo dispensado imotivadamente em agosto de 2022, sem receber vários direitos, inclusive a indenização pela extinção do contrato. Assim, ajuizou ação contra o ex-empregador (a empresa "A"), contra outra empresa do grupo econômico do ex-empregador (empresa "B") e contra o Município de Balsas/MA por falta de fiscalização do contrato. Caso Roger tenha sucesso na sua pretensão e comprove o alegado, marque, de acordo com a CLT e demais normas vigentes, a responsabilidade da empresa "B" e do Município de Balsas/MA.

- (A) O Município de Balsas/MA e a empresa "B" terão responsabilidade solidária porque não fiscalizaram o contrato adequadamente.
- (B) A empresa "B" terá responsabilidade solidária e o Município de Balsas/MA, responsabilidade subsidiária.
- (C) A empresa "B" não poderá ser responsabilizada porque não foi tomadora dos serviços, mas o Município de Balsas/MA terá responsabilidade subsidiária.
- (D) A empresa "B" e o Município de Balsas/MA terão responsabilidade subsidiária porque não foram os empregadores formais de Roger.
- (E) O Município de Balsas/MA terá responsabilidade solidária e a empresa "B", responsabilidade subsidiária.

63

Das hipóteses abaixo indicadas, marque aquela que contempla, nesta ordem, um caso de interrupção e um de suspensão do contrato de trabalho de um empregado.

- (A) Casamento do empregado e prestação de serviço militar obrigatório.
- (B) Doença por prazo superior a 15 dias e licença não remunerada.
- (C) Tempo necessário para comparecer na justiça como testemunha e doação voluntária de sangue.
- (D) Falecimento do cônjuge e nascimento de filho.
- (E) Eleição para o cargo de diretor sem permanecer a subordinação jurídica e aposentadoria por incapacidade permanente.

64

Após 6 meses de vigência de um contrato de emprego, Ênio e seu empregador acertaram a extinção dele por mútuo consenso (distrato), com aviso prévio trabalhado.

Das hipóteses abaixo, marque aquela que contempla um direito, com o seu contorno exato, que será recebido por Ênio.

- (A) 7/12 avos de 13ª salário proporcional.
- (B) Férias proporcionais de 7/12 avos.
- (C) Saque limitado a 80% do FGTS depositado.
- (D) Metade do valor do aviso prévio.
- (E) Indenização de 40% sobre o FGTS.

65

As amigas Juliana, Rosa e Adriana trabalham de 2ª a 6ª feira para o mesmo empregador em jornadas de trabalho variadas. Juliana se ativa das 8:00 às 17:00h; Rosa, das 10:00 às 13:30h; Adriana, das 14:00 às 19:00h.

Marque, de acordo com a CLT, a opção que contempla o intervalo intrajornada mínimo que deverá ser observado para as empregadas, sabendo-se que não existe norma coletiva tratando do tema.

- (A) 1 hora para Juliana e Adriana, 15 minutos para Rosa.
- (B) 1 hora para Juliana, nenhum intervalo para Rosa e 15 minutos para Adriana.
- (C) 15 minutos para Rosa, 2 horas para Juliana e 30 minutos para Adriana.
- (D) 30 minutos para Juliana e nenhum intervalo para Rosa e Adriana.
- (E) 1 hora, no mínimo, para todas as empregadas indicadas.

66

Ribamar é empregado numa empresa, tendo iniciado seu contrato em 05/08/2020. Em 02/05/2022 o empregador comunicou a Ribamar que ele iria usufruir as férias de 30 dias no período de 08/06/2022 a 07/07/2022. O valor das férias foi depositado na conta de Ribamar em 05/06/2022.

Sobre a situação retratada, e considerando o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) O período concessivo previsto em Lei não foi observado pelo empregador.
- (B) As férias eram indevidas porque somente após 2 anos de trabalho o empregado a elas faz jus.
- (C) O pagamento das férias foi intempestivo.
- (D) A comunicação foi intempestiva, devendo as férias serem pagas em dobro.
- (E) A dinâmica da concessão das férias nos termos indicados está regular.

67

Após todas as tentativas pacíficas de negociação fracassarem, o sindicato dos rodoviários do Município de São Luís/MA deliberou, em assembleia especialmente convocada para tal fim e com observância das normas legais, iniciar movimento de greve para conquistar melhores condições de trabalho e salário.

De acordo com a norma de regência, a antecedência mínima com que os empregadores, no caso concreto, deverão ser comunicados da paralisação é de

- (A) 5 dias.
- (B) 48 horas.
- (C) 10 dias.
- (D) 72 horas.
- (E) 24 horas.

68

Vanuzia trabalha em setor de uma empresa em que há risco acentuado de morte, daí porque recebe adicional de periculosidade. Seu esposo Vinicius trabalha em outra empresa e atua num setor no qual há um agente agressor à saúde em grau médio.

Considerando a situação vivida pelo casal, e de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Vanuzia receberá 30% do salário-mínimo e Vinicius, 40% sobre o seu salário-base.
- (B) Não pode haver acúmulo dos adicionais de insalubridade e periculosidade para o mesmo casal, e por isso um deles deverá abdicar do direito.
- (C) Vanuzia receberá 30% do seu salário-base e Vinicius, 20% sobre o salário-mínimo.
- (D) Vinicius receberá 10% sobre o salário básico e Vanuzia, 40% sobre o salário-mínimo.
- (E) Ambos receberão adicional de 30%, que incidirá sobre o salário de cada um deles.

69

Numa grande empresa metalúrgica localizada no Maranhão, Bruna foi eleita pelos empregados e Flávia foi indicada pelo empregador para comporem a CIPA. Paralelamente a isso, Leonardo foi eleito dirigente sindical da categoria dos metalúrgicos e Mateus foi eleito suplente.

Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT e demais normas de regência, assinale a afirmativa correta em relação à garantia no emprego.

- (A) Somente Flávia não terá garantia no emprego.
- (B) Todos os empregados indicados terão garantia no emprego.
- (C) Somente Bruna e Leonardo terão garantia no emprego.
- (D) Nenhum dos empregados indicados terá garantia no emprego.
- (E) Somente Mateus não terá garantia no emprego.

70

Larissa iniciou seu trabalho num banco como assistente administrativa em junho de 2018, recebendo salário e vantagens como ticket-refeição e plano de saúde. Após 2 anos, Larissa foi promovida ao cargo de gerente, passando a receber gratificação de função em seu contracheque. Em 2022, o empregador reverteu Larissa para o cargo de origem, retirando a gratificação de função e o plano de saúde que até então era disponibilizado.

Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Impossível reverter a empregada para o cargo anterior, suprimir a gratificação de função e retirar o plano de saúde.
- (B) É possível a reversão o cargo de origem, mas não a retirada da gratificação de função porque recebida há mais de 1 ano.
- (C) É possível a supressão do plano de saúde, mas reverter para o cargo anterior é rebaixamento, sendo alteração ilícita.
- (D) As alterações levadas a efeito pelo empregador são válidas, estando dentro do *jus variandi*.
- (E) A reversão para o cargo de origem com a retirada da gratificação de função é válida, mas a supressão do plano de saúde, não.

71

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a competência para prática de atos administrativos deve ser definida em lei ou em ato administrativo geral e possui as seguintes características

- (A) prescritível, renunciável e prorrogável.
- (B) imprescritível, indelegável e improrrogável.
- (C) imprescritível, irrenunciável e improrrogável.
- (D) indelegável, irrenunciável e improrrogável.
- (E) prorrogável, indelegável e irrenunciável.

72

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade será exercida, de acordo com o texto constitucional, pelo

- (A) Tribunal Superior do Trabalho, mediante controle interno, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (C) Tribunal Superior do Trabalho, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria-Geral União.
- (D) Supremo Tribunal Federal, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria-Geral União.
- (E) Poder Executivo Federal, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria-Geral União.

Com base no caso apresentado a seguir, responda às próximas duas questões.

Sob a égide da nova lei de licitações e contratos administrativos, o Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, após procedimento licitatório, celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa. No curso da execução do contrato, a sociedade empresária Alfa deu causa à inexecução parcial do contrato. O TRT verificou, no bojo de regular processo administrativo em que foram assegurados contraditório e ampla defesa à contratada, que a inexecução praticada não causou grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, razão pela qual não se justificava a imposição de penalidade mais grave à contratada.

73

Com base na Lei nº 14.133/2021, a sanção que o TRT da Yª Região deve aplicar à sociedade empresária Alfa é

- (A) a advertência.
- (B) a multa e impedimento de licitar e contratar.
- (C) o impedimento de licitar e contratar.
- (D) a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- (E) a suspensão por até 90 (noventa) dias no direito de licitar e contratar.

74

Em tema de poderes administrativos, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o poder administrativo que embasou diretamente a aplicação da sanção pelo TRT da Yª Região à sociedade empresária Alfa é o poder

- (A) de polícia.
- (B) de fiscalização do trabalho.
- (C) hierárquico.
- (D) regulamentar.
- (E) disciplinar.

75

Imagine que Gama é entidade da administração indireta federal, que ostenta personalidade jurídica de direito privado e foi criada por meio de autorização de lei específica. Gama foi constituída necessariamente sob a forma de sociedade anônima S/A e tem capital misto, mas a maioria do capital votante é do poder público.

De acordo com o ordenamento jurídico, diante da descrição acima, a entidade Gama é uma

- (A) fundação pública.
- (B) sociedade de economia mista.
- (C) autarquia federal.
- (D) empresa pública.
- (E) concessionária prestadora de serviço público.

76

Em 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região pretende adquirir certos equipamentos que só podem ser fornecidos por empresa exclusiva. Para tanto, o TRT instaurou um processo administrativo, no bojo do qual restou demonstrada a inviabilidade de competição, por meio de atestado de exclusividade.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida

- (A) pode ser feita mediante inexigibilidade de licitação, vedada a preferência por marca específica.
- (B) pode ser feita mediante dispensa de licitação, vedada a preferência por marca específica.
- (C) deve ser feita mediante prévia e imprescindível licitação, na modalidade compatível com o valor estimado da contratação.
- (D) deve ser feita mediante prévia e imprescindível licitação, na modalidade compatível com o objeto da contratação.
- (E) pode ser feita mediante dispensa de licitação, permitida a preferência por marca específica, desde que com prévia justificativa técnica.

77

José estacionou seu veículo em local proibido. Agentes públicos, no regular exercício de suas funções, aplicaram multa a José.

De acordo com a doutrina de direito administrativo, no caso em tela, a cobrança da citada multa pelo ente federativo que a aplicou regularmente ocorre

- (A) com o atributo do ato administrativo da autoexecutoriedade.
- (B) sem o atributo do ato administrativo da autoexecutoriedade.
- (C) com o atributo do ato administrativo da presunção absoluta de legitimidade.
- (D) sem o atributo do ato administrativo da presunção de veracidade.
- (E) com o atributo do ato administrativo da imprescritibilidade da cobrança de multa.

78

Joana é servidora pública civil federal e, no curso de sua carreira junto à União, se afastou regularmente diversas vezes do exercício das funções, por diferentes motivos.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, em tese, são considerados como de efetivo exercício todos os afastamentos de Joana em virtude dos fatos abaixo, exceto

- (A) licença à gestante.
- (B) exercício de cargo em comissão em órgão do Poder Judiciário do Estado Alfa.
- (C) desempenho de mandato eletivo federal, inclusive para promoção por merecimento.
- (D) afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.
- (E) participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica.

79

Joaquim, servidor público federal do Tribunal Regional do Trabalho da Wª Região, no exercício da função, com objetivo de prejudicar seu vizinho Antônio, seu antigo desafeto, arquivou indevidamente um processo de reclamação trabalhista em que Antônio figurava como reclamante. Em razão da conduta ilícita de Joaquim, Antônio sofreu danos materiais e morais.

Inconformado com o ocorrido, Antônio ajuizou ação indenizatória em face

- (A) do TRT da Wª Região, por sua responsabilidade civil objetiva.
- (B) do TRT da Wª Região, por sua responsabilidade civil subjetiva.
- (C) de Joaquim, diretamente, por sua responsabilidade civil objetiva.
- (D) da União, por sua responsabilidade civil subjetiva.
- (E) da União, por sua responsabilidade civil objetiva.

80

Em agosto de 2022, João, servidor público federal do Tribunal Regional do Trabalho da Zª Região, de forma dolosa, frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício de sua namorada Joana.

De acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/92, em tese, José praticou ato de improbidade administrativa que

- (A) importou enriquecimento ilícito e está sujeito, entre outras, à sanção de suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos.
- (B) causou prejuízo ao erário e está sujeito, entre outras, à sanção de suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos.
- (C) atentou contra os princípios da administração pública e está sujeito, entre outras, à sanção de perda da função de qualquer vínculo ou natureza.
- (D) atentou contra os princípios da administração pública e está sujeito, entre outras, à sanção de pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (E) importou enriquecimento ilícito e está sujeito, entre outras, à sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 8 (oito) anos.

Realização

